

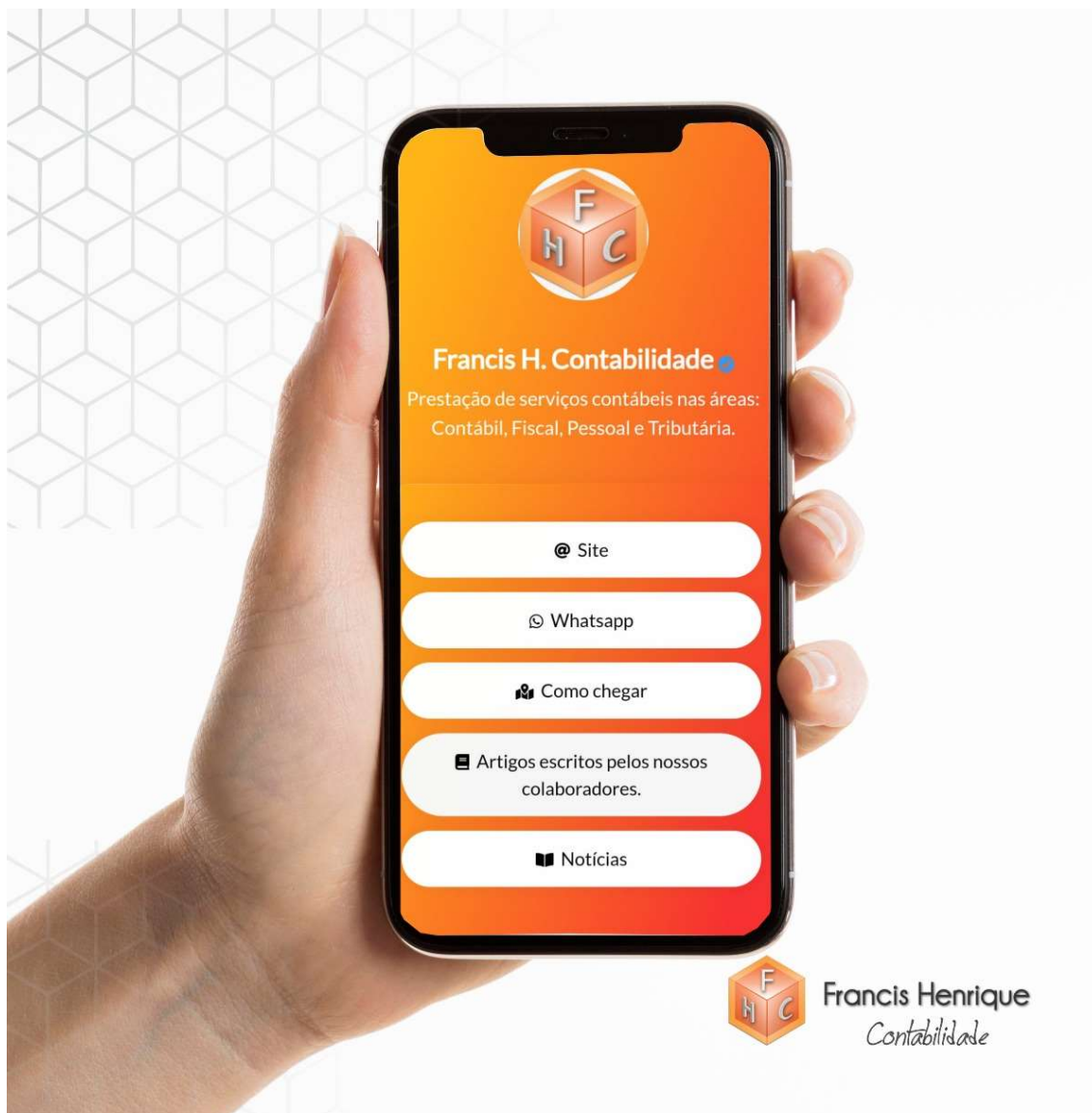
PRINCIPAIS DÚVIDAS E CURIOSIDADES DO SETOR DE LEGALIZAÇÃO



Acesse o nosso site direcionando a
câmera para o QR CODE ao lado,
ou acesse:
www.contabilidadefrancis.com




Você pode muito.
Com a informação,
pode ainda mais.



Francis Henrique
Contabilidade



Francis Henrique
Contabilidade

 @franciscontb
 /francishenriquecontabilidade
 (31) 9 9500-3941
 (31) 3771-6250

Já conhece nossas Redes sociais? Fique por dentro das notícias do mundo contábil e tire dúvidas com nossa equipe de profissionais.

Acesso nosso site: www.contabilidadefrancis.com



CARTILHA DO SETOR DE LEGALIZAÇÃO

VOCÊ CONHECE O PROCESSO PARA REALIZAR A ABERTURA DE UMA EMPRESA?

CONSTITUIÇÃO EMPRESARIAL

A constituição empresarial é o processo de criação de uma empresa do ponto de vista legal, sendo através deste processo gerado o CNPJ e registrado o seu contrato social.

Para que seja realizado o processo de constituição de uma empresa, é necessário que o empresário envie uma série de documentos e informações para o que o profissional contábil realize o processo junto aos órgãos competentes pelo registro de empresas.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- CPF/RG DOS SÓCIOS;
- COMPROVANTE DE ENDEREÇO DOS SÓCIOS;
- CÓPIA DA GUIA DE IPTU DO ÍMOVEL SEDE DA EMPRESA;
- CONTRATO DE LOCAÇÃO OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A PROPRIEDADE DO IMÓVEL SEDE DA EMPRESA (ESCRITURA, CONTRATO DE COMPRA E VENDA ETC);
- CERTIFICADO DIGITAL DE PESSOA FÍSICA DOS SÓCIOS.



DADOS NECESSÁRIOS:

- ESTADO CIVIL DOS SÓCIOS;
- PROFISSÃO DOS SÓCIOS;
- PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE CADA SÓCIO NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA;
- DADOS PARA CONTATO (DA EMPRESA);
- NATUREZA JURÍDICA;
- RAZÃO SOCIAL;
- NOME FANTASIA;
- ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS;
- ÁREA TOTAL DO IMÓVEL E ÁREA UTILIZADA PELA EMPRESA (EX: UM CONJUNTO DE SALAS COM 250M² E O ESPAÇO UTILIZADO PELA LOJA A SER ABERTA É DE 25M²);
- FORMA DE ATUAÇÃO (ESTABELECIMENTO FIXO, E-COMMERCE, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS FORA DO ESTABELECIMENTO ETC);
- VALOR DO CAPITAL SOCIAL;
- INDICAR QUAIS SÓCIOS SERÃO ADMINISTRADORES (EM CASO DE SOCIEDADES LIMITADAS)



RAZÃO SOCIAL E NOME FANTASIA

A razão social de uma empresa é o seu nome de registro. Ele é o nome utilizado para identificação da empresa em contratos, documentos e qualquer tipo de processo que a empresa se envolva durante o seu funcionamento no dia-a-dia. As empresas podem registrar sua razão social por denominação (palavras ou expressões que discriminem o ramo de atividades da empresa e palavras de uso comum), ou firma (nome ou sobrenomes de seu titular/sócios). Já o nome fantasia remete à Marca, não necessariamente devendo ter ligação com a razão social.

EXEMPLOS:

- Ômega Veículos LTDA (razão social por denominação)
- Pereira & Silva empreendimentos LTDA (razão social por firma)
- Casas Bahia (nome Fantasia) que tem como razão social: Via Varejo S/A.



NATUREZAS JURÍDICAS

A Natureza Jurídica de uma empresa corresponde ao modelo jurídico em que ela se enquadra. Ela dá forma à empresa, sendo uma das informações mais importantes para a constituição empresarial. Seguem abaixo as principais naturezas jurídicas e suas características:

SOCIEDADE LIMITADA

A sociedade limitada consiste em um regime jurídico moldado com base no valor investido por cada sócio na empresa. O nome das organizações que optam por este modelo societário é acompanhado da sigla “Ltda.”, que significa “limitada”.



O termo “Sociedade”, nos remete à obrigatoriedade de dois ou mais sócio, contudo, com a sanção da Lei N°13.874/19, passou a ser permitida a constituição de sociedades LTDA com apenas um sócio, sendo estas as **SOCIEDADES UNIPESSOAIS LTDA**. As sociedades unipessoais LTDA possuem as mesmas características e efeitos jurídicos de uma Sociedade LTDA, tendo como excepcionalidade apenas o fato de ser permitido que apenas um sócio componha o quadro societário da empresa.



ABAIXO SEGUEM ELENCADAS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES LTDA:

- Possibilidade de o nome empresarial ser escolhido por denominação (palavras ou expressões que discriminem o ramo de atividades da empresa e palavras de uso comum, por ex: Alfa construções LTDA) ou firma (nome ou sobrenomes de seus sócios, como por exemplo Pereira & Silva empreendimentos LTDA)
- Responsabilidade Limitada à participação do sócio na sociedade, com a finalidade de proteger o patrimônio pessoal de seus sócios em casos de falência, afastamento e demais situações semelhantes.
- As funções de administração da sociedade podem ser definidas de acordo com a vontade dos sócios, podendo a nomeação de apenas uma parcela dos sócios como administradores ou a nomeação de todos, podendo estes administradores assinarem sempre em conjunto e/ou isoladamente. Esta flexibilidade permite maior dinâmica e segurança quanto a administração da empresa.
- A possibilidade de indicação de um administrador não sócio, dando a este os poderes para representar a sociedade;
- Não há um valor mínimo estabelecido para integralização de capital social, podendo os sócios em comum acordo estipularem os valores e/ou bens a serem integralizados.

SOCIEDADE SIMPLES

Em suma, as sociedades simples possuem as mesmas características das sociedades LTDA, com uma peculiaridade: Elas deverão ser formadas por profissionais que exerçam a mesma atividade, devendo estas serem de natureza intelectual (científica, literária, artística). Como exemplos de sociedades simples temos os escritórios de advocacia, contabilidade, sociedades que prestam serviços médicos etc.

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Esta modalidade compreende aquelas empresas que possuem apenas o titular (proprietário) sem a possibilidade de inclusão de sócios. Com a possibilidade de abertura de sociedades unipessoais LTDA, este regime entrou em desuso, principalmente pelo fato de o patrimônio do titular não ser resguardado pela legislação, sendo sua responsabilidade ilimitada perante as obrigações contraídas pela empresa. Portanto, o empresário individual poderá responder com o seu patrimônio pessoal pelas obrigações contraídas por sua empresa.

Uma importante característica deste modelo jurídico é o seu nome empresarial, que deverá ser obrigatoriamente escolhido por firma (nome civil de seu titular).



Este modelo empresarial não permite a participação de sócios, sendo o proprietário o seu titular. Para ser um empresário individual basta ter 18 anos ou ser emancipado e não possuir outra empresa enquadrada neste mesmo modelo jurídico.

OBSERVAÇÃO

Em 2021 houve a extinção do regime jurídico conhecido como Empresa Individual de responsabilidade Limitada (EIRELI). A EIRELI era um formato empresarial que pode ser constituído por apenas um sócio. Para abrir uma EIRELI, era preciso declarar um capital social de, no mínimo, 100 salários-mínimos atuais, totalmente integralizados no momento da abertura.

Com a sanção da Lei 14.195/21 publicada em 27/08/2021 as empresas enquadradas como Eireli automaticamente passam a ser enquadradas como sociedades unipessoais limitadas.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Apesar de não ser uma natureza jurídica, vale destacar o MEI e sua importância. O Microempreendedor individual (MEI) na realidade é um enquadramento tributário, o qual foi criado para tirar o trabalhador da informalidade, onde este passa a ser caracterizado como uma pessoa jurídica (empresa), contribuindo com a previdência e demais tributos incidentes. Quanto ao regime jurídico, o MEI é enquadrado como Empresário Individual.

Seguem abaixo algumas características para aquele empresário que se formaliza como MEI:

- O faturamento da empresa não pode ultrapassar o valor de R\$81.000,00 por ano (média de R\$6.750 reais por mês)
- Não é permitida a entrada de sócios na empresa;
- A pessoa titular do MEI não pode ser sócia ou administradora em outras empresas, servidor público Federal em atividade (caso o empresário seja servidor público em outras esferas, verificar estatuto do Servidor) e Pensionista do RGPS/INSS inválido.
- O MEI poderá ter no máximo um empregado (recebendo até 1 salário mínimo por mês ou o piso salarial da categoria);
- A legislação define quais atividades poderão ser exercidas na condição de MEI, sendo necessária uma análise de acordo com a lista disponível no portal do microempreendedor.
- O responsável pelo MEI também estará segurado pelo INSS passando a ter cobertura previdenciária para si, com os seguintes benefícios.

- ✓ Aposentadoria por idade
- ✓ Auxílio doença e Aposentadoria por invalidez
- ✓ Salário-maternidade





CNAE's

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas, conhecida como CNAE é uma parametrização entre tipos de atividades econômicas e códigos para sua identificação. Em suma, o CNAE é um código utilizado para identificar as atividades a serem exercidas por uma empresa, onde cada atividade tem seu código específico

EXEMPLO:

- 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
- 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar

O empresário pode ter vários CNAE's atrelados ao CNPJ de sua empresa e a escolha destes CNAE's devem ser acompanhadas de um profissional contábil, pois terão impacto direto na forma de tributação e licenciamento da empresa.

CAPITAL SOCIAL

O capital social de uma empresa é aquele valor investido inicialmente para que a empresa inicie a sua operação. O capital social pode ser integralizado tanto em dinheiro quanto em bens, desde que estes sejam utilizados para que as atividades da empresa possam ser exercidas.

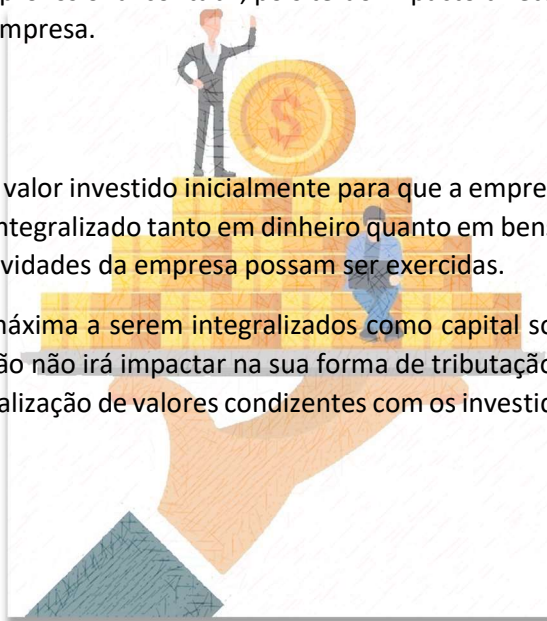
Não existe uma quantidade mínima ou máxima a serem integralizados como capital social em uma empresa e o valor desta integralização não irá impactar na sua forma de tributação, sendo importante a observância quanto a integralização de valores condizentes com os investidos para abertura da empresa.

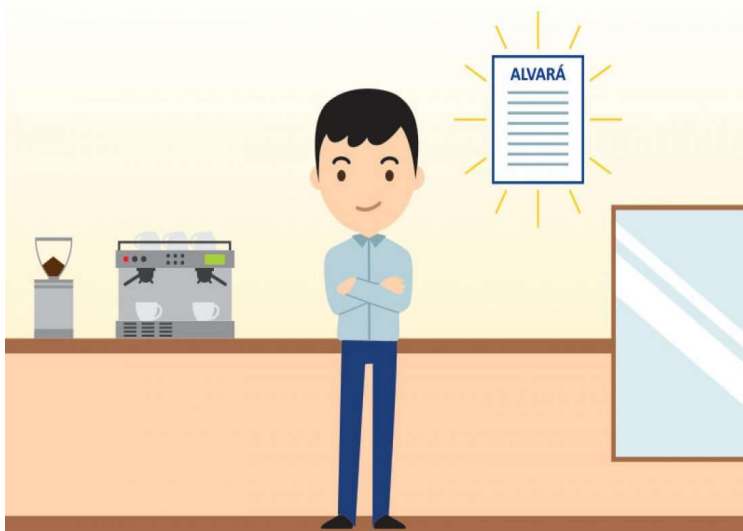
ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

O alvará de funcionamento é um documento emitido pelo município, autorizando as empresas à operarem de maneira formal. Para a emissão do alvará de funcionamento, os municípios solicitam alguns documentos, sendo os mais comuns o laudo de vistoria do corpo de bombeiros e a taxa de localização e funcionamento, ficaram dispensadas da apresentação do alvará, ficando a cargo do município sancionar legislação específica prevendo quais serão as atividades dispensadas.

EXEMPLOS:

- Escritórios;
- Profissionais que exercem suas atividades fora do estabelecimento;
- Mini comércios;
- E-commerce sem estoque, etc.





A legislação prevê a desobrigação da apresentação do alvará, porém não prevê a isenção de quitação da taxa de localização e funcionamento, portanto, todas as empresas devem estar atentas e pagarem as taxas de alvará.

Apesar do banho de água fria que é ter de pagar a taxa de localização apesar de não precisar solicitar a emissão do alvará, a sanção da lei de liberdade econômica é uma vitória para os

empreendedores, pois os legisladores têm entendido a necessidade de tirar o estado das costas dos empresários e tem atendido as demandas de simplificação do ambiente de negócios no Brasil.

AVCB



O auto de vistoria do corpo de bombeiros é um documento utilizado para certificar que aquele imóvel em que a empresa está instalada atende as normas de combate a incêndios.

Este documento é emitido para empresas mediante a uma análise que compara os tipos de atividades exercidas pela empresa, forma de atuação da empresa e características dos imóveis e para fins de licenciamento, **AS EMPRESAS SÃO CLASSIFICADAS COMO**

DISPENSADAS, BAIXO RISCO OU ALTO RISCO

Aquelas empresas que são classificadas como **DISPENSADAS, PODEM INICIAR SUAS ATIVIDADES NO ATO DE ABERTURA DO CNPJ**, sendo a dispensa emitida de forma gratuita no portal da JUCEMG.

Aquelas empresas classificadas como **BAIXO RISCO, TAMBÉM PODEM INICIAR SUAS ATIVIDADES**, sendo emitido um **AVCB PROVISÓRIO NO PORTAL DA JUCEMG**, com validade de 1 ano para que a empresa possa realizar as adequações e emitir o laudo de vistoria do corpo de bombeiros dentro deste prazo

Já as empresas de **ALTO RISCO** (aquelas localizadas em imóveis mais complexos ou exercem atividades caracterizadas como de alto risco) **PRECISAM REALIZAR A EMISSÃO DO LAUDO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS ANTES DE INICIAR AS OPERAÇÕES DE SUAS ATIVIDADES**.

Estas empresas devem procurar profissionais na área da engenharia para que seja feito projeto a ser apresentado para o corpo de bombeiros e após isto seja solicitado o laudo de vistoria.





Este documento normalmente é solicitado para a emissão de alvarás de funcionamento, devendo toda empresa atender as normas de combate a incêndios de acordo com a caracterização de seu estabelecimento.

As normas de combate a incêndios devem ser cumpridas independentemente do fato da necessidade de emitir um documento como AVCB para operação da empresa. É primordial que tais normas sejam cumpridas pois as vidas de colaboradores e dos próprios empresários são imensuráveis, estando acima de uma certificação para funcionamento das empresas.



ALVARÁ SANITÁRIO

A exemplo do Alvará de Funcionamento, o Alvará Sanitário é uma autorização do município para que aquelas empresas que possam representar um risco sanitário atendam todas as normas de saúde.

Nem todas as empresas estão obrigadas à apresentação do alvará sanitário, sendo necessário observar a legislação e, se necessário, adequar-se quanto as exigências da vigilância sanitária de seu município.



AS EMPRESAS QUE ESTÃO OBRIGADAS À APRESENTAÇÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO EM SUA MAIORIA SÃO:

- Empresas que exercem atividades na área da saúde (hospitais, clínicas, laboratórios etc);
- Empresas no ramo alimentício (Mercados, restaurantes, lanchonetes etc);
- Empresas de estética, dentre outras.

ESTAS EMPRESAS TAMBÉM SÃO CLASSIFICADAS QUANTO AO SEU GRAU DE RISCO, SENDO CLASSIFICADAS COMO:

- **Baixo Risco A** – Dispensadas da vistoria da Vigilância Sanitária e de apresentação documental, estando disponível a dispensa do alvará sanitário de forma imediata.
- **Baixo Risco B** – Deverá ser encaminhado para a Vigilância sanitária documentos para que seja realizada uma análise quanto as atividades da empresa e posteriormente será emitida a dispensa de vistoria da vigilância sanitária.
- **Alto Risco** – Deverá ser solicitada a vistoria pelos fiscais da vigilância sanitária, devendo a empresa obedecer a todas as suas solicitações e proceder com a execução do projeto arquitetônico para apresentação ao órgão.

As empresas que estiverem obrigadas a apresentação de alvará sanitário e não realizarem sua emissão ou não obedecerem às normas sanitárias poderão ter seus alvarás suspensos ou até mesmo cassados, sendo assim impossibilitadas de exercerem suas atividades.



CERTIFICADO DIGITAL

O certificado digital é uma assinatura eletrônica, podendo ser emitido para pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Além da praticidade para realizar a assinatura de documentos eletrônicos, passando estes a terem validação e autenticação como se a pessoa tivesse assinado o documento manualmente, ela também serve como uma espécie de identidade virtual, concedendo acesso a vários ambientes virtuais como o portal E-cac da receita federal, acesso ao portal de cidadania gov.br e diversos outros tipos de acessos a portais de interesse das empresas e pessoas físicas, que demandam um nível de segurança avançado devido ao fato das informações serem sigilosas.

Os certificados digitais também são utilizados nos processos de abertura, alteração e baixa de empresas, devido ao fato de a assinatura nos contratos sociais/distratos a serem registrados nas juntas comerciais serem realizadas digitalmente.

Os modelos de certificado mais usuais são os modelos A1 e A3.

O A1 é um arquivo de computador, pode ser usado simultaneamente em diversas máquinas e tem validade de um ano.

O A3 que é confeccionado a partir de um token, tem validade de 3 anos e pode ser usado apenas na máquina em que o token está plugado.

O indicado é que o empresário realize a confecção do certificado digital da pessoa jurídica assim que realizada a abertura da empresa para atender demandas de interesse da empresa em parceria com a contabilidade.

CERTIDÕES

As certidões negativas, conhecidas como CND's são documentos que atestam a adimplência das empresas e pessoas físicas perante a órgãos públicos, ou seja, atesta que a empresa não apresenta pendências no âmbito em que se deseja a emissão da certidão. Elas

são utilizadas em geral por aquelas empresas que participam de licitações ou precisam comprovar para algum órgão/entidade que não possui débitos ou pendências perante os órgãos públicos, sendo as mais usuais a certidão federal, estadual, municipal, trabalhista e de FGTS.





Cada certidão atesta que as empresas não possuem atraso quanto ao pagamento impostos /contribuições e ausência de pendências em cada âmbito.

Apesar de serem documentos normalmente usados por aquelas empresas que participam de licitações ou necessitam para cadastros junto a clientes, fornecedores, bancos e etc, o indicado é que todas as empresas tenham estas certidões sempre válidas, pois elas garantem que a empresa não possui impostos em atrasos ou qualquer tipo de pendências no âmbito federal, estadual e municipal, evitando assim a incidência de multas e juros por aqueles impostos que estão em atraso ou obrigações acessórias não entregues.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TENHO UM CNPJ, POSSO ALTERA-LO? O QUE DEVO FAZER?

Sim, é de suma importância que o empresário mantenha seu profissional contábil ciente de qualquer alteração nos dados da empresa para que seja procedida sua **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** de imediato. Os dados da empresa devem sempre estar atualizados em seu cartão de CNPJ e contrato social.

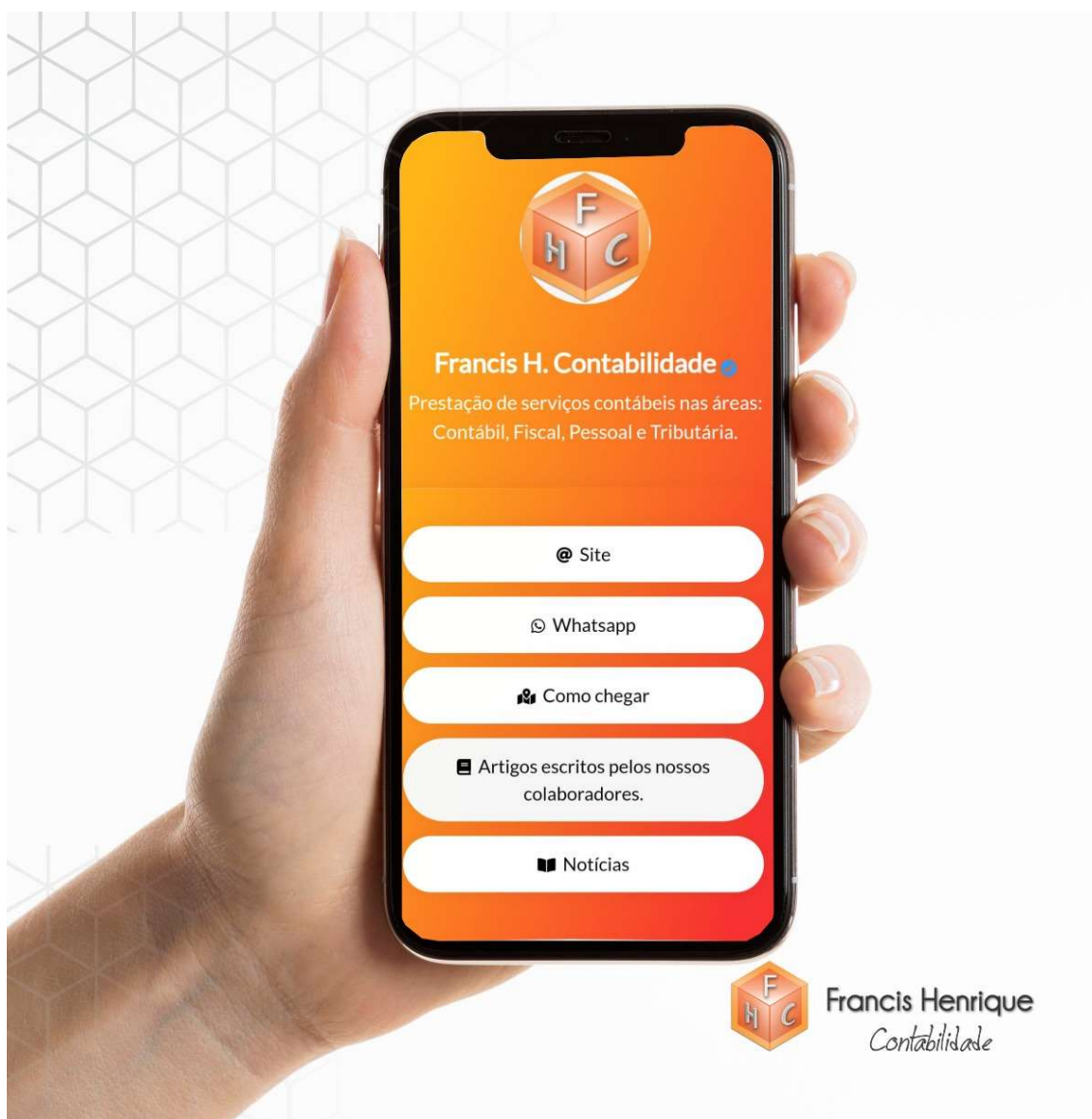
Portanto, se a empresa sofrer alterações de nome, endereço, atividades, quadro societário, capital social ou qualquer outra alteração, o empresário deve comunicar ao seu contador estas alterações para que seja providenciada sua alteração contratual.

ENCERRAMENTO DE EMPRESAS

DESEJO FECHAR MINHA EMPRESA, COMO DEVO PROCEDER?

Em casos onde o empresário opta por **ENCERRAR SUAS ATIVIDADES** e fechar sua empresa, é necessário que o profissional contábil seja comunicado o quanto antes para que seja procedido o levantamento de débitos da empresa perante Município, Estado e União e seja realizado o procedimento de baixa empresarial. Caso não seja realizado o processo de baixa, registrando-se o distrato social, a empresa continua sendo considerada uma empresa ativa, acumulando obrigações a serem cumpridas e tributos a serem pagos.





Francis Henrique
Contabilidade

 @franciscontb
 /francishenriquecontabilidade
 (31) 9 9500-3941
 (31) 3771-6250

Já conhece nossas Redes sociais? Fique por dentro das notícias do mundo contábil e tire dúvidas com nossa equipe de profissionais.

Acesso nosso site: www.contabilidadefrancis.com

